

# RELATÓRIO E CONTAS

2025

easy pay

simple

## Índice

### I - RELATÓRIO DE GESTÃO:

- a) A evolução da gestão da sociedade durante o exercício de 2025, em especial no que se refere às condições do mercado, aos investimentos, aos custos, aos proveitos e às atividades de investigação e desenvolvimento;
- b) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício;
- c) A evolução previsível da sociedade;
- d) O número e o valor nominal das quotas próprias adquiridas ou alienadas durante o período, a fração do capital subscrito que representam, os motivos desses atos e o respectivo preço, bem como o número e valor nominal ou contabilístico de todas as quotas próprias detidas no fim do período;
- e) Proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada;
- f) A existência de sucursais da sociedade;
- g) Os objectivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros, incluindo as políticas de cobertura de cada uma das principais categorias de transacções previstas para as quais seja utilizada a contabilização de cobertura, e a exposição por parte da sociedade aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, quando materialmente relevantes para a avaliação dos elementos do activo e do passivo, da posição financeira e dos resultados, em relação com a utilização dos instrumentos financeiros.
- h) Outras matérias.

Em cumprimento das disposições legais em vigor, a Gerência da **easypay** apresenta o seu relatório de gestão e os documentos de prestação de contas referente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2025.

## INTRODUÇÃO

A **easypay** é uma instituição de pagamento licenciada e supervisionada pelo Banco de Portugal, que se encontra autorizada a prestar serviços de pagamento em todos os países da zona SEPA. A **easypay** é uma empresa de referência no mercado nacional de serviços de pagamento no segmento B2B, permitindo às empresas e empresários em nome individual receber os seus pagamentos através de uma única plataforma e de vários instrumentos de pagamento, como por exemplo, as referências Multibanco, MB Way, o Débito Direto SEPA, os Cartões Visa e Mastercard, a transferência bancária com IBAN Digital, o Apple Pay, o Google Pay e o Samsung Pay, contribuindo com soluções inovadoras, flexíveis e simples para o crescimento dos negócios dos seus clientes, assegurando ainda serviços de consultoria a todo o tipo de empresas que procuram a melhor solução para gerir e receber os pagamentos do seu negócio, apresentando soluções customizadas.

a) A evolução da gestão da sociedade durante o exercício de 2025, em especial no que se refere às condições do mercado, aos investimentos, aos custos, aos proveitos e às atividades de investigação e desenvolvimento

## MERCADO

O mercado dos pagamentos em 2025 continuou a evoluir e a adaptar-se às mudanças tecnológicas e às necessidades dos comerciantes e dos consumidores. A inteligência artificial começou a ser utilizada de forma mais consistente na análise de padrões de pagamento, permitindo identificar potenciais situações de burla, fraude e outras operações suspeitas. Os pagamentos através do MB Way e as transferências imediatas tornaram-se o comportamento predominante, reforçando a importância de fatores como a orquestração, a reconciliação e a experiência do utilizador nas plataformas de pagamento. Estas mudanças impulsionaram também o desenvolvimento e a adoção de operações de pagamento baseadas em contas, conhecidas como Account-to-Account (A2A). Estas operações distinguem-se das transferências bancárias tradicionais, uma vez que permitem a programação de eventos após a receção dos fundos.

Verificou-se também um crescimento significativo da utilização de wallets digitais, que permitem reduzir a fricção no processo de pagamento e diminuir a taxa de abandono dos carrinhos de compras, elementos essenciais nos negócios de e-commerce.

A crescente adoção destas soluções está associada à sua conveniência, rapidez e maior segurança percebida pelos utilizadores, permitindo a realização de pagamentos com menos etapas e sem necessidade de introdução repetida de dados. Adicionalmente, a integração com dispositivos móveis e funcionalidades como autenticação biométrica têm contribuído para melhorar a experiência do utilizador e aumentar as taxas de conversão.

Este fenómeno tem sido particularmente relevante no contexto do comércio eletrónico e do mobile commerce, onde a simplicidade e fluidez do checkout são determinantes para o sucesso das transações. Em paralelo, observa-se um reforço da aposta dos comerciantes na integração de múltiplas wallets e métodos de pagamento digitais, como forma de responder às preferências dos consumidores e maximizar o volume de vendas.

## **A ATIVIDADE DA EMPRESA**

A easypay continuou o processo de consolidação da sua plataforma de pagamentos mediante a integração de novas funcionalidades e novos meios de pagamento como o Samsung Pay. O reforço da infraestrutura tecnológica permitiu novamente que em 2025 não existisse qualquer evento de quebra do serviço prestado, colocando a plataforma da easypay ao nível dos melhores e maiores prestadores de serviços de pagamento internacionais. Em simultâneo foram adicionadas novas funcionalidades à ferramenta de onboarding que vieram permitir uma adesão mais simples e mais rápida contribuindo para redução da fricção no momento de adesão. Adicionalmente a easypay disponibilizou a identificação do beneficiário dos fundos para pagamentos por referência multibanco e débito directo contribuindo para a redução de burlas e fraudes. Todas estas evoluções conduziram à valorização do activo da easypay e do seu valor como empresa com reflexo seguro nos exercícios vindouros.

O investimento efetuado e em curso não impediu contudo que a empresa aumentasse os resultados, assim como o nível de remuneração dos seus sócios.

Em 2025, a empresa processou 7,2 milhões de operações de pagamento, correspondentes a um volume total de 558 milhões de euros, traduzindo-se em crescimentos de 19% e 27%, respetivamente. Estes resultados comparam com os crescimentos de 9% e 10% registados em

2024, evidenciando uma aceleração relevante da atividade, mesmo num contexto de intensificação da concorrência no mercado.

O desempenho alcançado reflete a consolidação da proposta de valor da empresa, bem como a sua capacidade de adaptação a um enquadramento competitivo em constante evolução.

Os resultados operacionais (EBIT) ascenderam a 1.006.707,32 €, enquanto o resultado líquido do exercício se fixou em 784.545,58 €, refletindo a evolução positiva da atividade ao longo do período.

#### **b) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que devam ser relatados.

#### **c) A evolução previsível da sociedade**

Em 2025, o ecossistema dos serviços de pagamento iniciou uma evolução estrutural relevante, quer ao nível do enquadramento regulatório, quer ao nível da intervenção do regulador junto dos principais intervenientes do sistema, a qual se perspetiva vir a ter um impacto positivo na atividade futura da easypay e na valorização da empresa.

Em concreto, será possível, já a partir de 2026, a participação direta da empresa em sistemas de pagamento como o SICOI, bem como a prestação de um serviço mais eficiente através da identificação automática do beneficiário, solução pela qual a easypay se tem vindo a posicionar ativamente, atendendo ao seu contributo para a mitigação do risco de fraude e para o reforço da confiança no ecossistema de pagamentos.

Neste contexto de transformação do setor, a empresa identificou como prioridade estratégica o desenvolvimento e lançamento de uma nova geração de terminais de pagamento (TPA), assentes em tecnologia avançada e orientados para uma lógica verdadeiramente omnicanal. Esta iniciativa permitirá à easypay reforçar o seu posicionamento competitivo, alargar a proposta de valor junto dos comerciantes e captar novas oportunidades de crescimento, acompanhando a crescente convergência entre os canais físico e digital.

A disponibilização de soluções integradas, flexíveis e centradas na experiência do utilizador assume-se, assim, como um vetor crítico para a diferenciação da empresa, potenciando

ganhos de eficiência, aumento das taxas de conversão e maior fidelização dos clientes.

**d) O número e o valor nominal das quotas**

O número e o valor nominal das quotas próprias adquiridas ou alienadas durante o período, a fração do capital subscrito que representam, os motivos desses atos e o respectivo preço, bem como o número e valor nominal ou contabilístico de todas as quotas próprias detidas no fim do período.

A sociedade não é titular de quotas próprias nem foram efetuadas durante o exercício de 2025 quaisquer transações sobre quotas próprias.

**e) Proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada**

A easypay, em resultado dos sucessivos exercícios com resultados positivos e não obstante os investimentos realizados, apresenta uma sólida posição de capitais próprios, que ascendem a 1.990.690,49€. Estes incluem a constituição integral da reserva legal e são maioritariamente compostos por resultados acumulados, encontrando-se a empresa em pleno cumprimento das exigências aplicáveis em matéria de fundos próprios.

Neste contexto, a gerência propõe a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício, no montante de 784.545,58 € (setecentos e oitenta e quatro milhões quinhentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos): a distribuição aos sócios de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), a título de distribuição de resultados, e a afetação do remanescente, no valor de 384.545,58 € (trezentos e oitenta e quatro mil quinhentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos), a resultados transitados.

Importa ainda salientar que, após a distribuição proposta, o montante dos capitais próprios se manterá acima de 1.540.000€, assegurando-se, em qualquer caso, o cumprimento dos requisitos aplicáveis em matéria de fundos próprios.

**f) A existência de sucursais da sociedade**

A empresa não tem sucursais estando toda a operação centralizada na sua sede em Lisboa.

**g) Os objectivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos**

Os objectivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros, incluindo as políticas de cobertura de cada uma das principais categorias de transacções previstas para as quais seja utilizada a contabilização de cobertura, e a exposição por parte da sociedade aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, quando materialmente relevantes para a avaliação dos elementos do activo e do passivo, da posição financeira e dos resultados, em relação com a utilização dos instrumentos financeiros.

Quanto à matéria de riscos, em especial riscos financeiros, não há nada a sublinhar considerando que as políticas de gestão de risco são suficientes e ajustadas às características das actividades desenvolvidas.

**h) Outras matérias.**

A empresa não tem dívidas ao Estado ou à Segurança Social em situação de mora.

Finalmente aos clientes, fornecedores e parceiros é devida uma palavra de reconhecimento pela confiança depositada e pelo interesse e contribuição para o crescimento da **easypay**.

Lisboa, 26 de março de 2026



Sebastião de Lancastre  
Gerência

# **EASYPAY – Instituição de Pagamento, LDA.**

---

Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2025

26 de março de 2026

## BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO:</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	192 179,63	203 995,40
Ativos intangíveis	7	856 915,97	589 136,40
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8.6	34 518,95	39 134,27
Outros ativos não correntes	8.7	10 606,47	10 606,47
		<u>1 094 221,02</u>	<u>842 872,54</u>
<b>Ativo corrente:</b>			
Estado e outros entes públicos	8.2	-	115 302,97
Outras dividas de terceiros	8.3	96 848,79	39 790,33
Outros ativos correntes	8.1	123 579,57	138 178,71
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	5 986 902,57	5 243 691,55
		<u>6 207 330,93</u>	<u>5 536 963,56</u>
	<b>Total do Ativo</b>	<b><u>7 301 551,95</u></b>	<b><u>6 379 836,10</u></b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital Social	9	125 000,00	125 000,00
Reservas legais	9	25 000,00	25 000,00
Outras reservas	9	672 560,94	649 428,23
Resultados transitados	9	380 956,71	179 915,80
Ajustamentos em ativos financeiros	9	2 627,26	2 627,26
Resultado líquido do período	9	784 545,58	551 040,91
	<b>Total do Capital Próprio</b>	<b><u>1 990 690,49</u></b>	<b><u>1 533 012,20</u></b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	8.5	102 516,40	99 733,53
Estado e outros entes públicos	8.2	218 100,01	388 306,28
Financiamentos obtidos	8.8	65 343,39	72 800,48
Outros credores correntes	8.4	4 924 901,66	4 285 983,61
		<u>5 310 861,46</u>	<u>4 846 823,90</u>
	<b>Total do Passivo</b>	<b><u>5 310 861,46</u></b>	<b><u>4 846 823,90</u></b>
	<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b><u>7 301 551,95</u></b>	<b><u>6 379 836,10</u></b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



ÓRGÃO DE GESTÃO



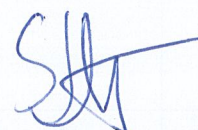
## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2025	2024
Prestação de serviços	10	4 773 581,78	4 221 336,27
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8.6	(3 007,02)	(4 942,06)
Fornecimentos e serviços externos	11	(2 425 404,70)	(2 127 589,55)
Gastos com o pessoal	12	(1 441 254,53)	(1 404 889,12)
Outros Proveitos	13	372 490,82	370 543,31
Outros Custos	14	(17 016,00)	(119 897,39)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>1 259 390,35</b>	<b>934 561,46</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	15	(252 683,03)	(140 855,55)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>1 006 707,32</b>	<b>793 705,91</b>
Juros e gastos similares suportados	16	(1 259,07)	(560,87)
<b>Resultado antes de impostos (EBT)</b>		<b>1 005 448,25</b>	<b>793 145,04</b>
Imposto sobre o rendimento do período	17	(220 902,67)	(242 104,13)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>784 545,58</b>	<b>551 040,91</b>
<b>Resultado integral</b>		<b>784 545,58</b>	<b>551 040,91</b>



O CONTABILISTA CERTIFICADO



ÓRGÃO DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2024

Rubricas	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
Posição em 01-01-2024	1	125 000,00	25 000,00	639 226,24	111 129,39	2 627,26	462 356,41	1 365 339,30	1 365 339,30
Alterações no período									
Ajustamentos de Justo valor	2	-	-	10 201,99	-	-	-	10 201,99	10 201,99
Resultado líquido do período	3	-	-	10 201,99	-	-	-	10 201,99	10 201,99
Resultado integral	4=2+3	-	-	-	-	-	551 040,91	551 040,91	551 040,91
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições	5	-	-	-	68 786,41	-	-	(393 570,00)	(393 570,00)
Outras operações	6=1+2+3+5	-	-	-	179 915,80	2 627,26	(462 356,41)	-	-
Posição em 31-12-2024	9	125 000,00	25 000,00	649 428,23	179 915,80	2 627,26	(462 356,41)	(393 570,00)	(393 570,00)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2025

Rubricas	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
Posição em 01-01-2025	6	125 000,00	25 000,00	649 428,23	179 915,80	2 627,26	551 040,91	1 533 012,20	1 533 012,20
Alterações no período									
Ajustamentos de justo valor	7	-	-	23 132,71	-	-	-	23 132,71	23 132,71
Resultado líquido do período	8	-	-	23 132,71	-	-	-	23 132,71	23 132,71
Resultado integral	9=7+8	-	-	-	-	-	784 545,58	784 545,58	784 545,58
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições	10	-	-	-	201 040,91	-	(551 040,91)	(350 000,00)	(350 000,00)
Outras operações	11=6+7+8+10	-	-	-	380 956,71	2 627,26	784 545,58	(350 000,00)	(350 000,00)
Posição em 31-12-2025	9	125 000,00	25 000,00	672 560,94	380 956,71	2 627,26	784 545,58	1 990 690,49	1 990 690,49

O CONTABILISTA CERTIFICADO



ÓRGÃO DE GESTÃO



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

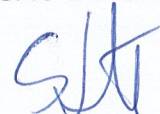
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		4 746 210,53	257 127,00
Pagamentos a fornecedores		(1 095 385,06)	(978 836,21)
Pagamentos ao pessoal		(1 419 297,36)	(1 345 301,07)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>2 231 528,11</b>	<b>(2 067 010,28)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(288 635,29)	(115 075,13)
Outros recebimentos/pagamentos		(775 688,60)	(814 451,59)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>1 167 204,22</b>	<b>(2 996 537,00)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos intangíveis		(132 618,60)	(162 598,26)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		1 318,73	796,03
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>(131 299,87)</b>	<b>(161 802,23)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Dividendos		(292 693,33)	(350 000,00)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(292 693,33)</b>	<b>(350 000,00)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>743 211,02</b>	<b>(3 508 339,23)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 243 691,55	8 752 030,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.1	<b>5 986 902,57</b>	<b>5 243 691,55</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



ÓRGÃO DE GESTÃO



---

## Anexo

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EASYPAY – Instituição de Pagamento, LDA. é uma sociedade por quotas, constituída a 18 de Setembro de 2000, com sede em Lisboa, e tem como atividade principal Outras Atividades Serviços Apoio Prestados às Empresas N.E.

O capital social é representado por 125.000,00 euros, encontrando-se realizado na totalidade, repartido pelos sócios Sebastião José Lancastré (93%) e Bestinver, S.A (7,0%).

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2015. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e pelo Standards Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IAS/IFRS”.

2.2. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior. A partir de 2016, a Easypay passou a adotar pela primeira vez o novo referencial contabilístico IAS/IFRS.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1.1. PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

### 3.1.2. PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

### **3.1.3. CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO**

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

### **3.1.4. MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO**

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

### **3.1.5. COMPENSAÇÃO**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma IFRS. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

## **3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO**

### **3.2.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso

em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Edifício e Outras Construções	5 a 20 anos
Equipamento básico	1 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	3 a 8 anos

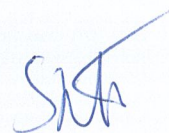
### 3.2.2. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:



Propriedade Industrial	3 anos
Outros Ativos Intangíveis	3 anos
Programas de Computador	1 ano

No decorrer do ano 2025, a Easypay desenvolveu novas ferramentas de onboarding que incluíram o automatismo da matriz de risco, o upload dos comprovativos e o lançamento do operation managers. No que se refere ao Payments Hub, a principal funcionalidade implementada foi a de identificar o beneficiário dos fundos para operações com recursos a referências e a débitos directos por forma a cumprir o aviso 4/2025 emitido pelo Banco de Portugal.

### 3.2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### INVESTIMENTOS

Os investimentos detidos pelo Empresa são classificados como segue:

Investimentos disponíveis para venda: incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores.

Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se a gerência tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço. Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago incluindo as despesas de transação, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda.

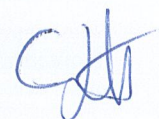
Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” incluída na rubrica “Outras reservas” até o investimento ser vendido ou recebido ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é transferida para a demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação financeira.

#### DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de clientes, de outros devedores e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira deduzido de eventuais perdas por imparidade reconhecidas na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas”, para que os ativos reflitam o seu valor



realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

## **EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## **CONTAS A PAGAR**

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor


### **3.2.4. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES**

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.



As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### **3.2.5. RECONHECIMENTO DO RÉDITO**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

### **3.2.6. SUBSÍDIOS**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto

compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.2.7. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios do emprego classificam-se em: i) benefícios de curto prazo; ii) benefícios de médio e longo prazo; iii) outros benefícios pós-emprego; e iv) benefícios de cessação.

#### a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

#### b) Benefícios de médio/longo prazo

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

#### c) Outros benefícios

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

#### d) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

#### e) Benefícios de remuneração em capital próprio

Resulta do direito a receber por parte do empregado, instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do facto do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.



### 3.2.8. IFRS16 – LOCAÇÕES

A Sociedade adotou a aplicação da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, não tendo procedido à reexpressão dos valores comparativos.

A principal alteração implementada pela IFRS 16, face à IAS 17, reside na classificação e no reconhecimento das locações nas demonstrações financeiras dos locatários, eliminando a anterior distinção de tratamento contabilístico existente entre locações operacionais e locações financeiras e substituindo-a por um único modelo de reconhecimento.

Face a esta alteração, no início de um contrato, as entidades devem avaliar se este constitui, ou contém, uma locação, o que implica comportar o direito de controlar a utilização de um ativo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição. Perante um contrato de locação, o locatário deve reconhecer um ativo sob direito de uso e um passivo da locação, ou seja, tratar o reconhecimento sob a forma de locação financeira. Ao invés a IAS 17 permitia também o reconhecimento do contrato como locação operacional, em que os gastos com a prestação periódica são considerados em resultados assim que os pagamentos são efetuados ou devidos.

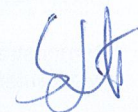
O ativo sob direito de uso é mensurado inicialmente pelo seu custo, o qual deve incluir: (a) o montante da mensuração inicial do passivo da locação; (b) quaisquer pagamentos de locação efetuados na data de entrada em vigor ou antes desta, deduzindo os incentivos à locação recebidos; (c) quaisquer custos diretos incorridos no início do contrato; e (d) uma estimativa dos custos de desmantelamento, remoção ou restauro do ativo. O passivo da locação é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data. Os pagamentos de locação devem ser descontados segundo a taxa de juro implícita na locação, se essa taxa puder ser facilmente determinada.

Subsequentemente o locatário deve mensurar o ativo sob direito de uso aplicando um modelo do custo, exceto no caso de bens locados reconhecidos como propriedades de investimento ao justo valor, no âmbito da IAS 40 Propriedades de Investimento, e ativos fixos tangíveis aos quais se aplique o modelo de revalorização da IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis. O locatário deve aplicar os requisitos de depreciação previstos na IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis ao depreciar o ativo sob direito de uso. O locatário deve também aplicar a IAS 36 Imparidade de Ativos para determinar se o ativo sob direito de uso está ou não em imparidade e contabilizar qualquer perda por imparidade identificada.

A sociedade optou por não aplicar estes requisitos no caso de contratos de locação a curto prazo (inferior a 12 meses), assim como em contratos de locação em que o ativo subjacente seja de reduzido valor.

No Balanço são apresentados os ativos sob direito de uso no ativo não corrente e os passivos da locação no passivo corrente e/ ou no passivo não corrente, dependendo da maturidade das responsabilidades. Os ativos sob direito de uso podem ser apresentados como ativos fixos tangíveis e os que cumpram a definição de propriedade de investimento são apresentados como tal.

Em relação às contas a utilizar, a contabilização desse ativo não corrente ocorre na conta 43 – “Ativo fixo tangível” ou na conta 42 – “Propriedades de investimento”, conforme a situação. Relativamente à contabilização do passivo das locações, ocorre na conta 2513 – “Financiamentos obtidos - Instituições de crédito e sociedades financeiras – Locações financeiras



Na demonstração de resultados, a sociedade apresenta o gasto com juros relativo ao passivo e o gasto com a depreciação do ativo sob direito de uso, sendo o primeiro uma componente dos gastos de financiamento.

Na demonstração dos fluxos de caixa, tanto a amortização do capital como os juros pagos serão atualmente considerados como fluxos de atividades de financiamento.

Antes da entrada em vigor da IFRS 16, o tratamento contabilístico das locações operacionais passava somente pela apresentação do gasto com as rendas na rubrica de fornecimentos e serviços externos e o respetivo pagamento era reconhecido como fluxo de atividades operacional.

No final de um contrato de locação, os gastos totais tendem a ser idênticos em ambos os modelos, contudo, com a aplicação da IFRS 16 haverá uma distribuição mais assimétrica dos mesmos ao longo do período da locação, dividida entre depreciação e juros, em oposição ao anterior reconhecimento linear do gasto com as rendas de cariz unicamente operacional.

Importa salientar que, em termos fiscais, a sociedade considerou como gasto fiscal aceite as depreciações contabilísticas respeitantes aos direitos de uso (decorrentes da aplicação da IFRS 16), contrariamente ao estabelecido na Circular n.º 7/2020 da Autoridade Tributária e Aduaneira, que estabelece que o período de vida útil dos ativos sob direito de uso seja determinado atendendo às taxas das tabelas I e II dos ativos subjacentes, do Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

### **3.2.9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma do imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.



A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Entidade tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Entidade tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

### **3.3. JUÍZOS DE VALOR**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

### **3.4. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

### **3.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS**

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

## **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

### **4.1. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a doze meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2025 e em 31/12/2024 detalha-se conforme se seguem:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	0,80	0,80
Depósitos à ordem	5 893 856,49	5 173 778,18
Depósitos a prazo	45 000,00	45 000,00
Outros instrumentos financeiros	48 045,28	24 912,57
	<u>5 986 902,57</u>	<u>5 243 691,55</u>

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 5.1. ALTERAÇÃO EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS

A entidade alterou a sua política contabilística em 2016 conforme descrito na nota 2).

### 5.2. ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

### 5.3. ERROS MATERIAIS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materiais em períodos anteriores.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025  
(Montantes expressos em Euros)

	Saldo em 01-01-2024	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2024	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2025
Edifícios e outras construções	59 378,93	-	-	-	59 378,93	-	-	-	59 378,93
Direitos Uso - Edifícios e outras construções	371 887,46	49 408,00	-	-	421 295,46	49 408,00	-	-	470 703,46
Equipamento básico	228 645,42	5 227,17	-	7 050,07	240 922,66	12 304,95	-	-	253 227,61
Equipamento de transporte	39 929,11	-	-	-	39 929,11	-	(17 997,56)	-	21 931,55
Equipamento administrativo	10 599,51	-	-	-	10 599,51	-	-	-	10 599,51
Direitos Uso - Equipamento administrativo	23 823,00	-	-	-	23 823,00	590,51	-	-	24 413,51
Ativos Tangíveis em curso	-	7 050,07	-	71 455,64	78 505,71	-	-	-	78 505,71
	<b>734 263,43</b>	<b>61 685,24</b>	-	<b>78 505,71</b>	<b>874 454,38</b>	<b>62 303,46</b>	<b>(17 997,56)</b>	-	<b>918 760,28</b>

Depreciações acumuladas									
	Saldo em 01-01-2024	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2024	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2025
Edifícios e outras construções	31 431,42	3 054,88	-	-	34 486,30	3 054,88	-	-	37 541,18
Direitos Uso - Edifícios e outras construções	303 381,46	50 160,00	-	-	353 541,46	50 160,00	-	-	403 701,46
Equipamento básico	212 514,02	11 874,72	-	-	224 388,74	8 565,91	-	-	232 954,65
Equipamento de transporte	29 055,58	4 499,39	-	-	33 554,97	4 124,45	(15 747,87)	-	21 931,55
Equipamento administrativo	10 599,51	-	-	-	10 599,51	-	-	-	10 599,51
Direitos Uso - Equipamento administrativo	7 936,00	5 952,00	-	-	13 888,00	5 964,30	-	-	19 852,30
	<b>594 917,99</b>	<b>75 540,99</b>	-	-	<b>670 458,98</b>	<b>71 869,54</b>	<b>(15 747,87)</b>	-	<b>726 580,65</b>

Ativos fixos tangíveis									
	Variações				Variações				
	Saldo em 01-01-2024	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Imparidades	Saldo em 31-12-2024	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Imparidades	Saldo em 31-12-2025
Edifícios e outras construções	27 947,51	-	(3 054,88)	-	24 892,63	-	(3 054,88)	-	21 837,75
Direitos Uso - Edifícios e outras construções	68 506,00	49 408,00	(50 160,00)	-	67 754,00	49 408,00	(50 160,00)	-	67 002,00
Equipamento básico	16 131,40	12 277,24	(11 874,72)	-	16 533,92	12 304,95	(8 565,91)	-	20 272,96
Equipamento de transporte	10 873,53	-	(4 499,39)	-	6 374,14	(17 997,56)	11 623,42	-	(0,00)
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos Uso - Equipamento administrativo	15 887,00	-	(5 952,00)	-	9 935,00	590,51	(5 964,30)	-	4 561,21
Ativos Tangíveis em curso	-	78 505,71	-	-	78 505,71	-	-	-	78 505,71
	<b>139 345,44</b>	<b>140 190,95</b>	<b>(75 540,99)</b>	-	<b>203 995,40</b>	<b>44 305,90</b>	<b>(56 121,67)</b>	-	<b>192 179,63</b>

As rubricas referentes aos direitos de uso resultam da aplicação da IFRS 16.

Importa salientar que, em termos fiscais, a sociedade considerou como gasto fiscal aceite as depreciações contabilísticas respeitantes aos direitos de uso (decorrentes da aplicação da IFRS 16), contrariamente ao estabelecido na Circular n.º 7/2020 da Autoridade Tributária e Aduaneira, que estabelece que o período de vida útil dos ativos sob direito de uso seja determinado atendendo às taxas das tabelas I e II dos ativos subjacentes, do Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

## 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2025 e em 31/12/2024 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Ativo bruto								
	Saldo em 01-01-2024	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2024	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2025
Programas de Computador	67 022,54	494 466,54	-	-	561 489,08	370 090,56	-	-	931 579,64
Propriedade Industrial	930,16	-	-	-	930,16	-	-	-	930,16
Ativos intangíveis em curso	199 045,71	131 427,00	-	(227 065,18)	103 407,53	115 620,00	-	(37 117,50)	181 910,03
	<b>266 998,41</b>	<b>625 893,54</b>	-	<b>(227 065,18)</b>	<b>665 826,77</b>	<b>485 710,56</b>	-	<b>(37 117,50)</b>	<b>1 114 419,83</b>
	Amortizações acumuladas								
	Saldo em 01-01-2024	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2024	Aumentos	Abates e alienações	Correcções e transf.	Saldo em 31-12-2025
Programas de Computador	10 446,65	65 314,56	-	-	75 761,21	190 845,49	-	(10 032,00)	256 574,70
Propriedade Industrial	929,16	-	-	-	929,16	-	-	-	929,16
	<b>11 375,81</b>	<b>65 314,56</b>	-	-	<b>76 690,37</b>	<b>190 845,49</b>	-	<b>(10 032,00)</b>	<b>257 503,86</b>
	Ativos intangíveis								
	Saldo em 01-01-2024	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Imparidades	Saldo em 31-12-2024	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Imparidades	Saldo em 31-12-2025
Programas de Computador	56 575,89	494 466,54	(65 314,56)	-	485 727,87	370 090,56	(180 813,49)	-	675 004,94
Propriedade Industrial	1,00	-	-	-	1,00	-	-	-	1,00
Ativos intangíveis em curso	199 045,71	(95 638,18)	-	-	103 407,53	78 502,50	-	-	181 910,03
	<b>255 622,60</b>	<b>398 828,36</b>	<b>(65 314,56)</b>	-	<b>589 136,40</b>	<b>448 593,06</b>	<b>(180 813,49)</b>	-	<b>856 915,97</b>

Encontra-se registado nesta rubrica o valor de ativos intangíveis em curso (103 837,50 euros) referente ao projeto Payments Hub e (78 072,53 euros) às subscrições desenvolvidos pela Easy pay.

## 8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

### 8.1. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Apresentamos de seguida a decomposição dos diferimentos ativos em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Rendas	13 178,64	12 900,00
Informática	22 151,23	21 089,53
Seguros	64 838,33	79 472,47
Quotizações	6 000,00	6 000,00
Outros	17 411,37	18 716,71
	<b>123 579,57</b>	<b>138 178,71</b>

**8.2. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica “estado e outros entes públicos” em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Autoridade tributária	194 117,09	108 921,03
Segurança social	23 982,92	23 732,61
	<u><b>218 100,01</b></u>	<u><b>132 653,64</b></u>
<b>Saldos devedores</b>		
IRC – A recuperar	-	115 302,97
	<u>-</u>	<u><b>115 302,97</b></u>
<b>Saldos credores</b>		
<b>Corrente</b>		
IRC - A pagar	32 666,47	242 104,13
IRS - Retenção imposto s/ rend.	49 867,60	16 994,00
IVA - A pagar	111 583,02	101 489,79
Contribuição p/ Seg. Social	23 982,92	27 718,36
	<u><b>218 100,01</b></u>	<u><b>388 306,28</b></u>

Não existem pagamentos em atraso ao Estado. Os montantes apresentados correspondem a valores apurados no mês de dezembro de 2025.

**8.3. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS**

Apresentamos de seguida a decomposição das “outras contas a receber” em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	<b>Corrente</b>	<b>Total</b>	<b>Corrente</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	19 748,43	19 748,43	5 376,68	5 376,68
Pessoal	-	-	11,38	11,38
Devedores por acréscimos de rendimentos	22 483,37	22 483,37	-	-
Caução Credorax	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00
Outros	19 285,00	19 285,00	118,00	118,00
Revolut	10 331,99	10 331,99	9 284,27	9 284,27
	<u><b>96 848,79</b></u>	<u><b>96 848,79</b></u>	<u><b>39 790,33</b></u>	<u><b>39 790,33</b></u>

**8.4. OUTROS CREDORES CORRENTES**

Apresentamos de seguida a decomposição dos “outros credores correntes” em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Pessoal	1 825,15	1 825,15	1 002,15	1 002,15
Accionistas/Sócios	20 825,00	20 825,00	-	-
Credores por acréscimos de gastos	147 317,27	147 317,27	201 452,35	201 452,35
Remunerações a pagar ao pessoal	170 893,48	170 893,48	182 912,67	182 912,67
Outros credores	4 584 040,76	4 584 040,76	3 900 616,44	3 900 616,44
	<b>4 924 901,66</b>	<b>4 924 901,66</b>	<b>4 285 983,61</b>	<b>4 285 983,61</b>

O valor apresentado em Credores por Acréscimos de Gastos corresponde maioritariamente a gastos de 2025 cuja fatura será registada no ano 2026 e às coimas BDP 2024 (80.000,00 euros), processo 464/23/CO e BDP 2025 (4.000,00 euros), processo 336/25/CO.

Na rubrica de “outros credores” encontram-se registados os montantes pertencentes a clientes e que serão devolvidos em meses futuros. Estes montantes são considerados como montantes em trânsito nas contas da Easy pay.

## 8.5. FORNECEDORES

Apresentamos de seguida a decomposição dos fornecedores em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Fornecedores - conta corrente	102 516,40	102 516,40	99 733,53	99 733,53
	<b>102 516,40</b>	<b>102 516,40</b>	<b>99 733,53</b>	<b>99 733,53</b>

## 8.6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

No dia 29/03/2019, a Easy pay adquiriu uma participação de 12% da entidade SSL sedeadada na Rua Soares dos Passos n.º12, 4º Andar, Lisboa.

A estrutura da empresa participada pela Easy pay encontra-se como se segue a 31/12/2025 e 31/12/2024:

	Mensuração	% Participação	Sede	Ano	Total ativo	Total passivo	Capital próprio	Rendimentos	Gastos	Resultado Líquido
SSL	MEP	12,00%	Lisboa	2024	1 030 565,37	704 446,44	326 118,93	218 332,43	267 111,00	(48 778,57)
SSL	MEP	12,00%	Lisboa	2025	998 348,01	710 690,07	287 657,94	266 603,36	305 064,35	(38 460,99)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o movimento ocorrido nas rubricas “Participações financeiras – Equivalência patrimonial” foi o seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
	MEP	MEP
<b>Participações financeiras:</b>		
SSL	34 518,95	39 134,27
	<u>34 518,95</u>	<u>39 134,27</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Empresa evidenciava os seguintes ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	MEP	MEP
<b>Participações financeiras:</b>		
SSL	(3 007,02)	(4 942,06)
	<u>(3 007,02)</u>	<u>(4 942,06)</u>

Os saldos abaixo referidos dizem respeito a operações efetuadas entre a Easypay e a SSL durante o ano 2025 e 2024:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Compras</b>		
SSL	255 878,64	191 948,00
	<u>255 878,64</u>	<u>191 948,00</u>

### 8.7. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 2025 o valor de 10 606,47(10 606,47 euros em 2023) contabilizado em outros ativos não correntes é relativo ao fundo de compensação do trabalho.

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

Esta rubrica não sofreu qualquer alteração no seu valor durante o ano em análise visto que o FCT deixou de ser uma contribuição obrigatória das empresas no decorrer do ano de 2023.

### 8.8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Empresa evidenciava os seguintes financiamentos, referentes a locações financeiras derivadas da aplicação da IFRS 16:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contrato Arrendamento Escritório	60 221,00	62 281,00
Contrato NEWRENT 0105566	4 543,48	10 519,48
Contrato NEWRENT 0107068	578,91	
	<u>65 343,39</u>	<u>72 800,48</u>

## 9. INSTRUMENTOS CAPITAL PRÓPRIO

Apresentamos de seguida a decomposição do capital próprio em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Capital	125 000,00	125 000,00
Reservas	697 560,94	674 428,23
Resultados transitados	380 956,71	179 915,80
Ajustamentos em ativos financeiros	2 627,26	2 627,26
<b>Subtotal</b>	<u><u>1 206 144,91</u></u>	<u><u>981 971,29</u></u>
Resultado líquido do período	<u>784 545,58</u>	<u>551 040,91</u>
<b>Total</b>	<u><u>1 990 690,49</u></u>	<u><u>1 533 012,20</u></u>

### Capital social

O capital social é de 125.000,00 euros e encontra-se totalmente realizado.

### Reserva legal

De acordo com o artigo 295.<sup>a</sup> do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal não pode ser inferior a 20% do capital social, devendo para tal ser transferido para esta rubrica pelo menos 5% do resultado líquido até perfazer o limite mínimo exigido. Em 2017 a variação desta rubrica deve-se à aplicação de parte do resultado de 2016 conforme descrito no parágrafo infra “aplicação de resultados”, totalizando a 31/12/2018 o valor de 25 000,00 euros.

### Reservas

A 31/12/2025 esta rubrica apresenta o valor de 697.560,94 euros. A variação do saldo desta rubrica quando comparado com o ano anterior é justificada pela variação do justo valor das ações do BCP no montante de 23.132,71 euros.

### Aplicação de resultados

Em 2025 foi deliberado em Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício de 2024 no montante de 551.040,91 euros, fosse distribuído da seguinte forma:

- Sócios, o montante de 350.000,00 euros; e
- Resultados transitados, o valor remanescente de 201.040,91 euros.

## 10. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O rédito reconhecido pela Entidade em 2025 e em 2024 é detalhado conforme se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	Valor nominal	Valor nominal
Prestação de serviços		
Comissões	4 752 910,68	4 189 178,36
Pacotes	20 671,10	32 157,91
	<u>4 773 581,78</u>	<u>4 221 336,27</u>

## 11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os registos em fornecimentos e serviços externos ocorreram conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Trabalhos especializados	646 407,80	573 675,47
Serviços bancários	1 524 802,80	1 223 090,88
Publicidade e propaganda	22 771,78	33 754,06
Vigilância e Segurança	-	228,40
Honorários	18 000,00	3 430,66
Comissões	106 499,03	173 989,98
Conservação e reparação	2 505,07	1 890,97
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	3 190,50	3 611,42
Material de escritório	1 606,33	3 301,24
Artigos de oferta	3 419,60	4 041,87
Electricidade	3 199,61	2 071,36
Combustíveis	2 157,86	2 027,41
Água	829,56	829,56
Deslocações e estadas	7 994,78	4 620,94
Rendas e alugueres	1 123,22	1 545,57
Comunicação	8 711,63	9 155,86
Seguros	35 295,15	32 729,23
Contencioso e notariado	193,26	80,00
Despesas de representação	12 451,18	23 830,75
Limpeza, higiene e conforto	5 795,54	5 760,42
Outros serviços	18 450,00	23 923,50
	<u>2 425 404,70</u>	<u>2 127 589,55</u>

## 12. GASTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 e em 31/12/2024 foi de 26 e 29 pessoas respetivamente:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remunerações do pessoal	1 141 438,88	1 100 030,62
Encargos sobre remunerações	257 684,46	251 385,42
Indemnizações	-	18 811,37
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	7 329,56	6 619,31
Outros gastos com o pessoal	34 801,63	28 042,40
	<u>1 441 254,53</u>	<u>1 404 889,12</u>

## 13. OUTROS PROVEITOS

Os registos em outros rendimentos e ganhos ocorreram conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Trabalhos para a própria entidade	328 248,06	347 452,07
Outros rendimentos e ganhos	44 130,26	22 978,74
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	112,50	112,50
	<u>372 490,82</u>	<u>370 543,31</u>

## 14. OUTROS CUSTOS

Os registos em outros gastos e perdas ocorreram conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos	258,73	258,73
Gastos nos restantes investimentos financeiros	1 255,71	642,15
Outros gastos e perdas	15 501,56	118 996,51
	<u>17 016,00</u>	<u>119 897,39</u>

## 15. DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

Os registos em depreciações e amortizações ocorreram conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Edifícios e outras construções	3 054,88	3 054,88
Direito Uso - Edifícios e outras construções	50 160,00	50 160,00
Equipamento básico	8 565,91	11 874,72
Equipamento de transporte	4 124,45	4 499,39
Equipamento administrativo	5 964,30	5 952,00
	<u><b>71 869,54</b></u>	<u><b>75 540,99</b></u>
<b>Ativo intangíveis</b>		
Programas de computador	180 813,49	65 314,56
	<u><b>180 813,49</b></u>	<u><b>65 314,56</b></u>
	<u><b>252 683,03</b></u>	<u><b>140 855,55</b></u>

## 16. GASTOS DE FINANCIAMENTO

Os registos em gastos de financiamento ocorreram conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1 259,07	560,87
	<u><b>1 259,07</b></u>	<u><b>560,87</b></u>

## 17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade de 2022 a 2025 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2025.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Imposto corrente</b>	220 902,67	242 104,13
	<b>220 902,67</b>	<b>242 104,13</b>
<b>Reconciliação da taxa efectiva de imposto</b>		
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Resultado antes de impostos</b>	1 005 448,25	793 145,04
Variações Patrimoniais Positivas	-	21 430,00
<b>Acréscimos à matéria colectável</b>		
Correcções exercícios anteriores	<b>1 699,77</b>	33 872,10
Despesas não documentadas	-	729,00
Multas, coimas, juros compensatórios	4 042,18	80 028,87
Encargos não devidamente documentados	3 760,07	2 395,41
Mais-valias fiscais	16 882,33	-
MEP - Método Equivalência Patrimonial	4 615,32	7 464,17
Outros	33 177,23	30 386,67
<b>Deduções à matéria colectável</b>		
Excesso da estimativa para impostos	(26 000,00)	(15 719,58)
Mais-valias contabilísticas	(17 017,31)	-
MEP - Método Equivalência Patrimonial		(1 610,74)
Benefícios Fiscais		(570,00)
<b>Resultado fiscal</b>	<b>1 026 607,84</b>	<b>951 550,94</b>
Prejuízos fiscais dedutíveis	-	-
<b>Coleta</b>	<b>1 026 607,84</b>	<b>951 550,94</b>
Imposto efetivo	203 321,56	197 945,40
Derrama	15 399,12	14 281,81
Tributações Autónomas	2 181,99	29 876,92
<b>Imposto corrente</b>	<b>220 902,67</b>	<b>242 104,13</b>
Taxa média efectiva de imposto	21,97%	30,52%

## 18. OUTROS AVALES E GARANTIAS BANCÁRIAS PRESTADAS

Em outubro de 2024 a entidade passou a ter a garantia bancária nº 196980000835 da EMEL prestada resultante da contratação pública CPI nº21/24 no valor de 35.300,00 euros que ainda se encontra em vigor.

## 19. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram quaisquer acontecimentos após a data do balanço, não havendo lugar a qualquer divulgação ou ajustamento às demonstrações financeiras.

## 20. OUTRAS DIVULGAÇÕES

A empresa apresenta a sua situação regularizada não existindo igualmente dividas fiscais para com a Autoridade Tributária e Aduaneira nem para com a Segurança Social.

Os honorários do Revisor Oficial de Contas (Fiscal Único) foram de 9.000,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A handwritten signature in blue ink, enclosed in a hand-drawn oval. The signature appears to be "L. Lallo".

ÓRGÃO DE GESTÃO

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials.



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Sócios da  
**EASYPAY – Instituição de Pagamento, Lda.**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pela Gerência da **EASYPAY – Instituição de Pagamento, Lda.** (a Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e que compreendem o Relatório da Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.

Examinámos os registos e documentos contabilísticos, os quais se encontravam em boa ordem, em observância da lei e dos estatutos.

A apreciação dos documentos de prestação de contas e do Relatório da Gestão, permite-nos concluir que as demonstrações financeiras refletem de forma adequada a situação financeira e patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2025.

Assim, somos de parecer que:

- a) As contas apresentadas pela Gerência merecem aprovação;
- b) O Relatório da Gestão deve igualmente ser aprovado.

Lisboa, 26 de março de 2026

**Magro, Roque, Amaral & Associados, SROC Lda.**

Representada por:

**Pedro Nuno Ramos Roque**, ROC n.º 828  
Registado na CMVM com o n.º: 20160456

**MAGRO, ROQUE, AMARAL & ASSOCIADOS, SROC LDA**

CAPITAL SOCIAL: 75.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

#### SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G  
1600 - 001 Lisboa - Portugal  
Tel.: +351 217 203 300 | lisboa@sroc125.pt

#### DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B  
6300 - 758 Guarda - Portugal  
Tel.: +351 271 223 974 | guarda@sroc125.pt



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Easypay – Instituição de Pagamento, Lda.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 7 301 551,95 EUR e um total de capital próprio de 1 990 690,49 EUR, incluindo um resultado líquido de 784 545,58 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Easypay – Instituição de Pagamento, Lda.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

#### MAGRO, ROQUE, AMARAL & ASSOCIADOS, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 75.000 € | NIPC: 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

#### SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G  
1600 - 001 Lisboa - Portugal  
Tel.: +351 217 203 300 | lisboa@sroc125.pt

#### DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B  
6300 - 758 Guarda - Portugal  
Tel.: +351 271 223 974 | guarda@sroc125.pt



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

#### **MAGRO, ROQUE, AMARAL & ASSOCIADOS, SROC LDA**

CAPITAL SOCIAL: 75.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

#### **SEDE**

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G  
1600 - 001 Lisboa - Portugal  
Tel.: +351 217 203 300 | lisboa@sroc125.pt

#### **DELEGAÇÃO**

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B  
6300 - 758 Guarda - Portugal  
Tel.: +351 271 223 974 | guarda@sroc125.pt



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de março de 2026

**Magro, Roque, Amaral & Associados, SROC Lda.**

Representada por:

**Pedro Nuno Ramos Roque**, ROC nº 828  
Registado na CMVM com o n.º: 20160456

### MAGRO, ROQUE, AMARAL & ASSOCIADOS, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 75.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

#### SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G  
1600 - 001 Lisboa - Portugal  
Tel.: +351 217 203 300 | lisboa@sroc125.pt

#### DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B  
6300 - 758 Guarda - Portugal  
Tel.: +351 271 223 974 | guarda@sroc125.pt

## ATAS

Folha 20  
Nº do Livro 2

### ATA Nº 38

Aos trinta dias de março de dois mil e vinte e seis, pelas dez horas, reuniu a Assembleia Geral de sócios da sociedade Easypay – Instituição de Pagamento, Lda., sociedade comercial por quotas, com sede na Rua Soares de Passos, nº 14-B, em Lisboa, com o capital social de cento e vinte cinco mil euros, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva número 505237431 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número.

A Assembleia Geral reuniu sem precedência de qualquer convocatória nem precedência de outras formalidades, nos termos previstos na segunda parte, do número um do artigo quinquagésimo quarto, do Código das Sociedades Comerciais.

Tendo em consideração, o facto de o representante da sócia Bestinver, S.A., ser residente em Espanha e de a sociedade dispor de meios e condições necessários para o efeito, a Assembleia Geral foi realizada por acordo de todos os sócios exclusivamente por meios telemáticos, sem a presença física dos participantes em local designado para a sua realização, por aplicação analógica do disposto na alínea b), do n.º 6, do artigo 377.º do Código das Sociedades Comerciais. Nos termos previstos nesta norma legal, a sociedade assegurou a autenticidade das declarações dos intervenientes na Assembleia Geral, a segurança das comunicações e procedeu ao registo do conteúdo e dos intervenientes, mediante utilização da aplicação quicktime, que habilitou a realização em sessão privada da Assembleia Geral com participação dos intervenientes mediante validação prévia por código de acesso e a gravação integral da sessão, incluindo do exercício do direito de voto dos sócios, mediante consentimento expreso e escrito de todos os intervenientes, sendo o ficheiro contendo a gravação da sessão com a designação AG-Easypay-20260330-Meeting-Recording.mov, armazenado e conservado na sociedade no diretório com a designação /Users/sebastiaolancastre/Dropbox/\_docs/easypay/Assembleia-Geral/2026-03-30.

O direito de voto foi exercido oralmente por cada sócio mediante a fórmula aprovado/rejeitado/abstenção, correspondendo a expressão aprovado “a favor” e a expressão rejeitado “a contra”.

## ATAS

Folha 21  
Nº do Livro 2

Participaram e intervieram na reunião o sócio da sociedade Sebastião José Ribeiro Ferreira de Lancastre, titular de duas quotas, uma com o valor nominal de € 115.250 e outra com o valor nominal de €1.000 e Bestinver, SA, sociedade de direito Espanhol, com sede na Rua Juan de Mena, nº 8, 1 Esquerdo, Madrid, Espanha, titular de uma quota com o valor nominal de € 8.750, representada por Ricardo de Faria de Maurício Sagaseta de Seixas, conforme carta mandadeira de 30 de março de 2026, que remeteu à sociedade em suporte digital com força de original e que fica arquivada na sociedade, encontrando-se assim representada a totalidade do capital social, tendo os sócios intervenientes declarado aprovar por unanimidade dos seus votos a favor a constituição e realização desta Assembleia Geral sem prévia convocatória nem observância de outras formalidades legais, nos termos previstos na segunda parte, do número um, do artigo quinquagésimo quarto, do Código das Sociedades Comerciais para efeitos de apreciação e deliberação sobre os assuntos seguintes:

1. Aprovação das Contas do exercício de 2025.
2. Aplicação do resultado líquido do exercício de 2025.
3. Apreciação da gerência e da fiscalização da sociedade no exercício de 2025.
4. Eleição da gerência para o triénio 2026-2028 e respetiva remuneração.
5. Eleição do órgão de fiscalização para o triénio 2026-2028 e respetiva remuneração.

Participou igualmente na Assembleia Geral de sócios o representante do Fiscal Único da sociedade Dra. Ângela Rodrigues.

Constituída a Assembleia Geral sob a presidência do sócio maioritário Sebastião José Ribeiro Ferreira de Lancastre, nos termos do número quatro, do artigo duzentos e quarenta e oito do Código das Sociedades Comerciais, este solicitou que o decurso da sessão fosse orientado pelo Dr. Pedro Fortes da Cunha, um dos consultores jurídicos da sociedade na área societária e que, posteriormente, o mesmo elaborasse a minuta de ata da reunião para aprovação pelos sócios.

Antes de iniciada a ordem de trabalho os dois sócios da sociedade deliberaram por unanimidade dos seus votos a favor aprovar a realização da presente reunião da Assembleia Geral de sócios por meios telemáticos, sem a presença física dos sócios na reunião.

Seguiu-se o ponto um da ordem de trabalhos (Aprovação das Contas do exercício de 2025), tendo o sócio gerente Sebastião de Lancastre feito uma breve explanação sobre a atividade e as contas da

## ATAS

Folha 

22
----

  
Nº do Livro 

2
---

sociedade relativas ao ano de 2025, tendo salientado que a empresa tinha voltado às taxas de crescimento do passado, a dois dígitos, com reformulação das áreas comercial e de conformidade, introdução de novas tecnologias e de serviços a grandes comerciantes e a parceiros, o que, de forma conjugada, permitiu que fossem superadas as taxas de crescimento previstas, apesar da concorrência. Salientou ainda que foi continuado o desenvolvimento e contabilização de ativos intangíveis e concluída a digitalização integral do processo de “onboarding”, sendo consequentemente expectável que o ano de 2026 venha a ser melhor do que o ano de 2025.

O representante da sócia Bestinver Ricardo Seixas questionou, em face da diminuição da margem unitária por transação, se estava previsto um aumento do volume de transações, o que o sócio gerente Sebastião Lancastre respondeu que sim e perguntou, também, se os novos clientes em contratação exigiriam muita manutenção à equipa comercial ao que o sócio gerente respondeu que era expectável que exigisse, mas que seria associada a “cross-selling” de outros serviços.

Após estas intervenções, os sócios deliberaram por unanimidade dos votos a favor dos dois sócios aprovar as contas do exercício de 2025, incluindo os documentos de prestação de contas do exercício de 2025 submetidos à deliberação dos sócios, ou seja, o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados e respetivos anexos, o Parecer do Fiscal Único e a Certificação Legal de Contas relativos ao ano de 2025.

Passou-se ao ponto dois da ordem de trabalhos (Aplicação do resultado líquido do exercício de 2025) tendo os sócios, deliberado por unanimidade dos votos a favor dos dois sócios, aprovar a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2025 constante da alínea e) do Relatório de Gestão do seguinte teor:

“A easypay, em resultado dos sucessivos exercícios com resultados positivos e não obstante os investimentos realizados, apresenta uma sólida posição de capitais próprios, que ascendem a 1.990.690,49€. Estes incluem a constituição integral da reserva legal e são maioritariamente compostos por resultados acumulados, encontrando-se a empresa em pleno cumprimento das exigências aplicáveis em matéria de fundos próprios.

Neste contexto, a gerência propõe a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício, no montante de 784.545,58 € (setecentos e oitenta e quatro milhões quinhentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos): a distribuição aos sócios de 400.000,00 € (quatrocentos mil

## ATAS

Folha 23  
Nº do Livro 2

euros), a título de distribuição de resultados, e a afetação do remanescente, no valor de 384.545,58 € (trezentos e oitenta e quatro mil quinhentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos), a resultados transitados.

Importa ainda salientar que, após a distribuição proposta, o montante dos capitais próprios se manterá acima de 1.540.000€, assegurando-se, em qualquer caso, o cumprimento dos requisitos aplicáveis em matéria de fundos próprios.”

Seguiu-se o Ponto Três da ordem de trabalhos (Apreciação da gerência e da fiscalização da sociedade no exercício de 2025), tendo o representante da Bestinver Ricardo Seixas questionado sobre se a reorganização da Unidade de Estrutura de Conformidade já tinha sido concluída e se o Banco de Portugal se tinha manifestado sobre a reorganização efetuada tendo o sócio gerente Sebastião Lancastre esclarecido que a reorganização já estava concluída com a entrada de duas novas pessoas juristas e que o Banco de Portugal estava informado da reorganização, informando ainda que a Unidade funcionava agora melhor do que antes.

De seguida, e em face do termo do mandato do Fiscal Único, o sócio gerente Sebastião Lancastre agradeceu a este a colaboração prestada ao longo dos anos de exercício de funções, tendo a representante do Fiscal Único Dr<sup>a</sup>. Ângela Rodrigues agradecido reciprocamente a colaboração dada ao Fiscal Único pelo sócio gerente.

Submetido a deliberação dos sócios o ponto três da ordem de trabalhos, os sócios deliberaram por unanimidade dos votos a favor dos dois sócios aprovar a gerência e a fiscalização da sociedade desenvolvidas no exercício de 2025.

Seguiu-se o ponto quatro da ordem de trabalhos (Eleição da gerência para o triénio 2026-2028 e respetiva remuneração) tendo os sócios tomado conhecimento dos documentos submetidos à reunião da Assembleia Geral de sócios para este efeito, nomeadamente o formulário de “Fit & Proper” ou de adequação ao exercício de funções, assinado pelo gerente em funções para efeitos de submissão do pedido de autorização ao Banco de Portugal e, de seguida, deliberado por unanimidade dos votos a favor dos dois sócios, reconduzir no cargo de gerente da sociedade para o mandato 2026-2028, sem direito a remuneração, Sebastião José Ribeiro Ferreira de Lancastre, de nacionalidade Portuguesa, casado, com domicílio profissional na Rua Soares Passos 14 A 1300-537

## ATAS

Folha 24  
Nº do Livro 2

Lisboa, titular do número de identificação fiscal 189869933 e do cartão de cidadão número 8058652, válido até 2031-08-03.

Por último entrou-se no ponto cinco da ordem de trabalhos (Eleição do órgão de fiscalização para o triénio 2026-2028 e respetiva remuneração), tendo os sócios tomado conhecimento dos documentos submetidos à reunião da Assembleia Geral de sócios para este efeito, nomeadamente os formulários de “Fit & Proper” ou de adequação ao exercício de funções, assinados pelos candidatos a Fiscal Único efetivo e suplente, bem como dos respetivos relatórios de avaliação para efeitos de submissão dos pedidos de autorização ao Banco de Portugal e, de seguida, deliberado por unanimidade dos votos a favor dos dois sócios, eleger para os cargos de Fiscal Único Efetivo e de Fiscal Único Suplente para o mandato 2026-2028, sendo as respetivas remunerações contratualizadas nos termos legais, as pessoas seguintes:

### **Fiscal Único Efetivo:**

Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda., Sociedade de Revisores Oficiais de Contas número 345, com sede na Rua D. João IV,392 Porto, Pessoa Coletiva número 516 423 240, representada por Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo, Revisor Oficial de Contas número 959, titular do número de identificação fiscal 179 848 925.

### **Fiscal Único Suplente:**

Carlos Manuel Teixeira Ferreira, Revisor Oficial de Contas número 1842, com domicílio profissional na Rua D. João IV,392 Porto, titular do número de identificação fiscal 151 869 405.

E, nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão pelas dez horas e trinta e cinco minutos, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida em voz alta, é assinada pelos sócios e pela representante do Fiscal Único.

Os sócios,



Sebastião de Lancastre

# ATAS

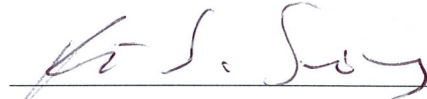
Folha 

25
----

  
Nº do Livro 

2
---

Por Bestinver, S.A.

  
\_\_\_\_\_  
Ricardo Seixas

Fiscal Único

  
\_\_\_\_\_  
Ângela Rodrigues  
Em representação